

# Conversas do governo só devem influenciar IPC de novembro

por Claudia Safatle  
de Brasília

Todo o esforço de "persuasão" que o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, pretende desenvolver ao longo desta semana junto às câmaras setoriais dos diversos segmentos empresariais, combinado com uma política de redução da velocidade do realinhamento das tarifas públicas e preços administrados — cujas defasagens concentram-se mais na área de energia elétrica e de combustíveis — só poderá render algum resultado no Índice de Preços ao Consumidor (IPC) — que é a inflação oficial — do mês de novembro. A taxa de inflação de outubro já está praticamente dada — se situará no intervalo de 39 a 42% — contra os 35,95% registrados no mês de setembro.

Essa é a opinião do economista Gil Pace, especialista em política de preços, que assessorou a equipe econômica do governo nos últimos 16 anos, e que continua, hoje, fazendo projeções ainda que informais para a área econômica oficial.

Depois de uma reunião com o presidente José Sarney, na manhã da última sexta-feira, o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, voltou a reafirmar que o governo não vai se aventurar em medidas do tipo congelamento de preços e salários e nem

pretende propor aos empresários, cujas reuniões começam nesta segunda-feira, nenhum tipo de redutor ou prefixação de reajustes de preços. Apenas pretende chamar os empresários à "responsabilidade de que não é o momento de recompor margens de lucro", conforme relato da editora Jurema Baesse, deste jornal.

Nóbrega não deseja praticar uma política de "irrealismo tarifário" como instrumento de controle da inflação, mesmo porque tal mecanismo gera déficit público mais na frente e compromete os investimentos das empresas públicas para 1990. Mas admitiu, por duas vezes, que está avaliando a possibilidade de reduzir a velocidade do realinhamento de preços e tarifas do setor público de agora em diante.

Os aumentos praticados no mês de setembro, nessa área, deixaram um pesado "carry over" — um impacto que só será sentido na inflação de outubro — e que leva Gil Pace a concluir que a inflação do IPC para este mês que se inicia já está praticamente comprometida com o intervalo de 39 a 42%.

Dos 54% de aumento médio fixado pelo governo para os preços e os combustíveis em setembro, o grande impacto, correspondente a 42,55% (no caso da gasolina) e de 42,95% (no do álcool) ficaram para ser incorporados no IPC de



Gil Pace

outubro. No caso da energia elétrica, esse "carry over" é de 42,34%; comunicações, de 43,40%; cigarros, 40,18%. Assim, dificilmente o IPC saíria dessa trajetória.

A primeira previsão rodada no computador com base no comportamento dos preços até o dia 19 último indicava uma taxa de inflação entre 38,91 e 40,07%. Como as remarcações de preços se aceleraram na última semana, Pace elevou sua projeção para até 42%.

Segundo ele, tanto comércio quanto indústria, hoje, acumulam uma "gordura" de preços de no mínimo 40% acima dos custos, apenas como decorrência de remarcações preventivas.

A previsão para outubro não significa, porém, que a inflação mudará de pata-

mar em novembro. Gil Pace acha que o IPC de novembro pode ficar próximo ao índice de outubro se o governo espaçar mais no tempo a política de recuperação dos preços públicos e administrados e se conseguir arrancar dos empresários que virão a Brasília, ao longo desta semana que se inicia, maior moderação nos reajustes de preços. Nóbrega nega que propore a aplicação de algum tipo de parâmetro negociado de aumento de preços, como uma prefixação dos reajustes futuros. Mas fala em estabelecer reajustes mais "ordenados".

Pelas pesquisas realizadas junto ao setor privado, Pace estima que os principais itens que compõem o IPC do IBGE terão o seguinte comportamento em outubro: alimentação (a domicílio e fora) e bebidas, sofrerão reajuste entre 37,8 e 38,8%; habitação, na faixa de 36%; artigos de residência, de 42 a 44%; vestuário, de 35,6 a 37,7%; transportes e comunicações, de 42 a 43%; saúde e cuidados pessoais, de 44,5 a 46,5%; despesas pessoais, algo entre 40 e 41%.

Pace está convencido de que o governo Sarney não tentará reeditar um novo choque na economia. A mesma garantia foi dada pelo secretário particular do presidente da República, Augusto Marzagão, à repórter Cleide Castro, deste jornal, na noite de sexta-feira última.